

Curso online: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

OBJETIVO: Apresentar aos agentes da Administração Pública uma explanação clara a respeito dos contratos administrativos, bem como suas modalidades, cláusulas obrigatória e as denominadas exorbitantes. Procura-se proporcionar uma distinção sobre as diversas modalidades de Contratos Administrativos e suas características essenciais. Apresentamos também orientações sobre Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos e as implicações administrativa, penal e cível. O curso tem o objetivo de orientar o participante sobre a melhor aplicação e utilização do instrumento legal.

PÚBLICO-ALVO: Gestores Públicos, assessores; consultores; assistentes; gestores privados; conselheiros; profissionais liberais; e demais interessados pelo tema.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada no curso será interativa e construtiva. O conteúdo programático é desenvolvido voltado para o ambiente virtual, incluindo material disponibilizado "online" e aulas aplicando técnicas didáticas de Educação à Distância.

CARGA HORÁRIA: 16 horas divididas em quatro módulos de 04 horas (presencial ou online).

PROFESSOR(A): Pedro Leonardo Lopes, advogado, especialista em direito público, administração pública: planejamento, gestão e finanças, sócio do escritório Siqueira, Neves & Lopes advogados, professor da Associação Mineira de Municípios nos cursos Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil, Contratos Administrativos Gestão e Fiscalização e Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

INVESTIMENTO: Municípios afiliados: R\$ 500,00 / Público em geral: R\$ 1.000,00.

INFORMAÇÕES: Edir – (31) 2125 - 2411 (edir@amm-mg.org.br) / Rayne – (31) 2125 - 2442 (rayne.araujo@amm-mg.org.br)

PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia: 23/04/2024

8:00hs - 1 - Considerações introdutórias da Administração Pública

- Conceito
- Dos Fatos Administrativos
- Dos Atos Administrativos
- Poderes e Deveres do Administrador Público
- Poder Dever
- Poder de Polícia
- Responsabilidades
- 2 - Sujeitos do Processo Administrativo ou Sindicância

- Servidor Público Efetivo
- Servidor Público Estável
- Servidor Público em estágio probatório
- Servidores detentores de cargo em comissão
- Celetistas e contratos temporariamente
- 3 - Princípios Administrativos Aplicáveis ao Processo Administrativo ou Sindicância

- 3.1. O devido processo legal:
- 3.2. O contraditório
- 3.3. A ampla defesa
- 3.4. A motivação
- 3.5. Princípio da Legalidade
- 3.6. Princípio da Impessoalidade
- 3.7. Princípio da Moralidade
- 3.8. Princípio da Eficiência
- 3.9. Princípio da Publicidade
- 3.10. Princípio da Motivação
- 3.12. Princípio da Razoabilidade
- 3.13. Princípio da Proporcionalidade
- 3.14. Princípio da Segurança Jurídica
- 3.15. Princípio da Supremacia do Interesse Público
- 3.16. Princípio da Verdade Material
- 3.17. Princípio da Presunção da Verdade
- 3.18. Princípio da Pluralidade de Instâncias

12:00hs - Intervalo para almoço

13:00hs - 4 - Da Sindicância

- 4. Conceito de Sindicância
- 4.1. Características da Sindicância
- 4.2. Tipos de Sindicância
- 4.3. Requisitos da Sindicância
- 4.4. Penalidades cabíveis na Sindicância
- 5.1. – Comissão de Sindicância
- Comissão Sindicante - Competência e Atribuições

- Instalação da Comissão de Sindicância
- Composição da Comissão de Sindicância
- Escolha dos Membros da Comissão de Sindicância
- Suspeição, Impedimentos e Nulidades

5.2. – Instalação da Comissão de Sindicância

- Definição do Local
- Providências Iniciais
- Atividades de Sindicância
- Procedimento Sindicante
- Denúncia
- Denunciante
- Notificação, Intimação e Citação
- Indiciado
- Testemunha
- Inquirição, Depoimento e Termo
- Requisição e Apreensão de Coisa
- Juntada de Documentos
- Desentranhamento de Documentos
- Vista dos Autos
- Defesa do Indiciado
- 5.4. – Encerramento da Sindicância
- Relatório
- Conclusão da Sindicância
- Julgamento da Sindicância
- Implicação do Julgamento
- Prescrição
- 5.2. Passo a Passo da Sindicância

17:00hs – Encerramento do primeiro dia de curso

Segundo dia: 24/04/2024

8:00hs - 6 - Do Processo Administrativo Disciplinar

- Autoridade Competente
- Juízo de Admissibilidade
- Fundamento Legal
- Finalidade
- Cabimento
- 7 - Comissão Processante no Processo Administrativo
- Competências e Atribuições
- Constituição da Comissão Processante

- Estabilidade dos Integrantes da Comissão
- Atribuições dos Membros da Comissão
- Atribuições do Secretário da Comissão
- Requisitos do Presidente da Comissão
- Atribuições do Presidente da Comissão
- 8 - Fases do Processo Administrativo
- Instauração, Instrução Probatória,

Inquérito, Defesa, Relatório e Julgamento

- 8.1. – Instauração
- Portaria de Instauração
- Publicação da Portaria
- Momento da Instauração do Processo Administrativo
- Local da Instauração do Processo Administrativo
- Competência para Instaurar o Processo Administrativo
- 8.2. - Instrução Probatória
- Comunicação dos Atos Processuais
- Ônus Probatório
- Tipos de prova
- Testemunhas
- Perícias
- Acareação
- Prova emprestada
- Documentos
- Indeferimento de provas requeridas pelo indiciado
- Encerramento da Instrução

12:00hs - Intervalo para almoço

13:00hs - 8.3. – Inquérito no processo Administrativo

- 8.4. -Defesa do indiciado
- Revelia e defesa dativa
- Prazos para a defesa
- 8.5. - Acompanhamento do Processo
- Pessoalmente
- Por advogado legalmente constituído
- Nomeação de defensor dativo
- 11. Relatório Final
- 11.1. Conteúdo do relatório final
- 12. Do Julgamento
- Recursos e Revisão
- Recurso Administrativo
- Revisão do Processo Administrativo
- Pedido de Revisão
- Comissão Revisora
- Julgamento Revisional
- 10 - Nulidades
- 11 - Prescrição
- 12 - Aplicação das Penalidades
- Administrativa
- Cível
- Penal
- 13 – Processo Administrativo Frente o Poder Judiciário

17:00hs – Encerramento do curso